



BOLETIM INFORMATIVO REGIONAL DE ROLIM DE MOURA 2025

Vigilância Socioassistencial
Porto Velho - 2025



VIGILÂNCIA
SOCIOASSISTENCIAL

SEAS
Secretaria de Estado da Mulher, da Família,
da Assistência e do Desenvolvimento Social

RONDÔNIA
★
Governo do Estado





**Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do
Desenvolvimento Social - SEAS/RO**

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador do Estado de Rondônia

LUANA NUNES DE OLIVEIRA SANTOS

Secretária de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social

BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO

Diretor Técnico de Políticas Públicas

FABIANE APARECIDA PASSARINI

Coordenadora Estadual de Assistência Social

NÁLEI DE CARVALHO SOBRINHO

Gerente da Gestão do SUAS

Equipe da GSUAS

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo

Bruno Puccinelli

Denir Mattara de Souza

Dulcianni de Fátima Monteiro Barros Ignácio

Gisele Akemi Kimura Iguchi

Greicielle Kassila Alves de Alencar

Equipe de elaboração

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo - Redação

Denir Mattara de Souza - Tabulação de dados

Greicielle Kassila Alves de Alencar - Gráficos e Editoração

Sumário

1. Introdução.....	4
2. Proteção Social Básica (PSB).....	7
2.1 Estrutura Física.....	8
2.2. Recursos Humanos.....	9
2.3 Serviços.....	11
2.3.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).....	11
2.3.2 Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....	14
2.3.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).....	15
3. Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade.....	17
3.1 Estrutura Física.....	18
3.2 Recursos Humanos.....	19
3.3 Serviços.....	20
3.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEFI).....	20
3.3.2. Serviço de Proteção social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).....	22
3.3.3. Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência e Idosas (PSE/PCDIF).....	24
3.3.4. Serviço Especializado em Abordagem Social.....	26
3.3.5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.....	28
4. Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.....	29
4.1 Estrutura Física.....	30
4.2 Recursos Humanos.....	31
4.3 Serviços de Acolhimento Institucional.....	33
4.3.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.....	34
4.3.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;.....	35
4.3.3. Serviço de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência;.....	35
4.3.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;.....	35
5. Considerações finais.....	36

1. Introdução

O presente boletim informativo apresenta análise regionalizada com base nos resultados do monitoramento realizado no ano de 2024 pela equipe técnica da Vigilância Socioassistencial do Estado de Rondônia. Diante da análise geral dessa equipe, observou-se a necessidade de uma devolutiva territorializada, para qualificar a intervenção dos agentes públicos e fortalecer as gestões municipais, promovendo maior aderência entre as necessidades da população e a oferta de serviços socioassistenciais. Portanto, a análise territorial da rede socioassistencial exposta neste boletim revela-se fundamental para orientar o planejamento, a gestão e a execução de serviços, conforme previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009).

Tal iniciativa insere-se no esforço de aprimoramento contínuo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo em vista a centralidade de suas três funções — Proteção Social, Defesa de Direitos e Vigilância Socioassistencial — conforme estabelecido na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS). Essas funções, interdependentes e complementares, materializam a efetividade da política pública na medida em que atuam de forma articulada para assegurar a prevenção, proteção e promoção de direitos.

O monitoramento realizado contemplou a avaliação dos equipamentos socioassistenciais do estado de Rondônia, com foco nos eixos de recursos humanos, estrutura física e serviços socioassistenciais tipificados. A metodologia adotada baseou-se em visitas *in loco*, reuniões técnicas e aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas direcionadas a coordenadores e técnicos de referência. O processo foi conduzido de forma dialógica, por meio de rodas de conversa que possibilitaram a escuta qualificada sobre as práticas desenvolvidas em cada equipamento.

As análises foram realizadas em conformidade com a Resolução nº 14/2023/SEAS-CEASRO, que estabelece indicadores para a classificação da qualidade da oferta em cinco categorias: Irregular, Insuficiente, Suficiente, Regular e Superior. Dessa forma, os resultados sistematizados neste relatório buscam oferecer subsídios técnicos para a reflexão crítica e a proposição de estratégias de fortalecimento da gestão e da rede socioassistencial municipal, de modo a contribuir para a consolidação da assistência social como política pública setorial de proteção social no Estado de Rondônia.

O estado de Rondônia é dividido em 10 regiões de planejamento da SEAS, na qual a região analisada neste boletim é a Regional de Rolim de Moura, que compreende os municípios de Rolim de Moura, Novo Horizonte D'Oeste, Santa Luzia D'Oeste, Castanheiras, Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Nova Brasilândia D'Oeste.

De acordo com o Censo Demográfico 123.377 pessoas residem nos oito municípios desta regional (IBGE, 2022). Neste ano de referência haviam cerca de 62.678 pessoas inscritas no CadÚnico, o que corresponde aproximadamente a 50% da população regional.

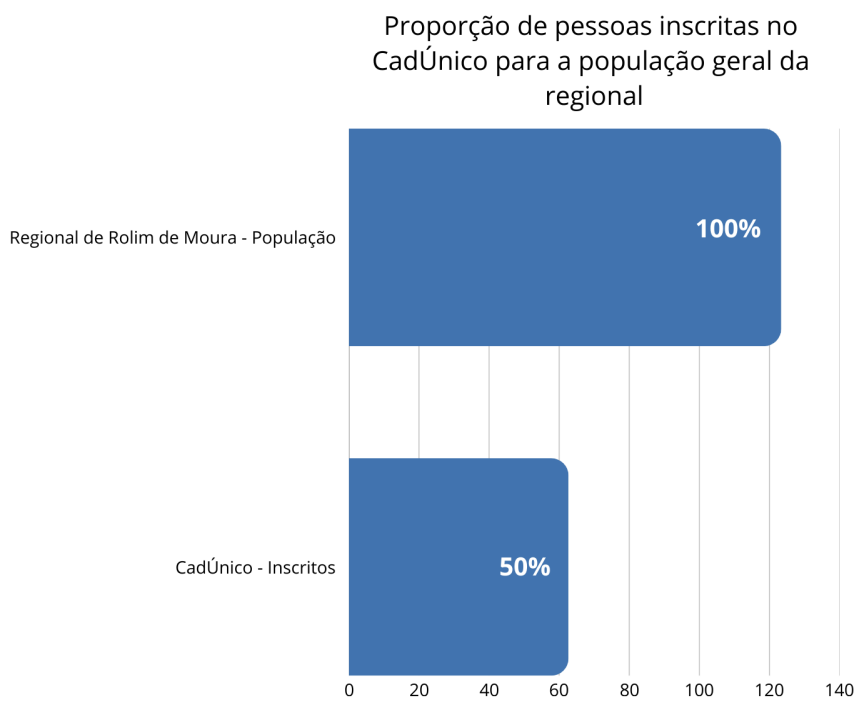
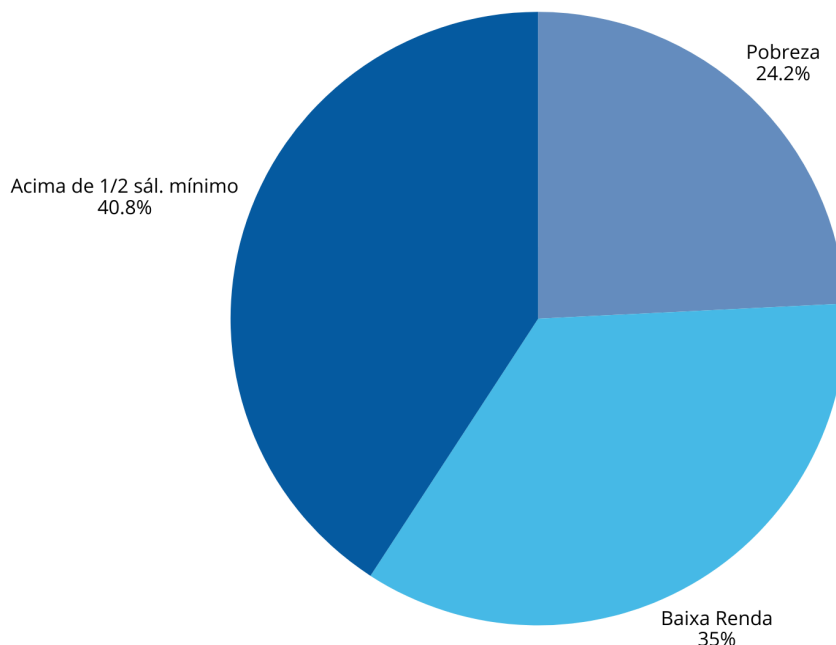


Gráfico 1

Fonte: Censo IBGE (2022) e CECAD (2022)

Na última referência (nov. 2025) a população de usuários inscritas na regional é de 59.687 pessoas, destas cerca de 24,2% estavam em situação de pobreza (ou seja, a renda per capita da família é até R\$ 218,00 reais), 35% em situação de baixa renda (acima de R\$ 218,00 até meio salário mínimo) e aproximadamente 40,8% acima de meio salário mínimo, ou seja, o dados do CadÚnico indicam que cerca de 59,1% da população inscrita na regional encontra-se em condição de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, com renda per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o que corresponde à aproximadamente 38.322 pessoas, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Proporção de Pessoas por Faixa de Renda

**Gráfico 2**

Fonte: CECAD (2025)

Entretanto, deve-se levar em consideração que melhorias na cobertura do CadÚnico podem evidenciar outras famílias em vulnerabilidade que não foram alcançadas pela política pública de assistência social. Os últimos dados disponíveis no CadÚnico (nov/2025) apontam que só as pessoas com renda per capita inferior a meio salário mínimo (pobreza + baixa renda) distribuídas em 17.135 famílias, média geral de 2,04 pessoas por família. Em relação a oferta na proteção social básica a região conta com 7 (sete) Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) destes:

- 1 (um) CRAS grande porte capaz de referenciar até 5.000 famílias;
- 1 (um) CRAS de pequeno porte II capaz de referenciar até 3.500 famílias;
- 5 (cinco) CRAS de pequeno porte I capaz de referenciar até 2.500 famílias;

Desta forma, a rede da região é capaz de atender a demanda potencial de 21.000 famílias, capacidade superior ao público que atualmente encontra-se qualificado na base de dados do CadÚnico. Estes dados indicam que a capacidade potencial máxima da regional ainda não foi completamente atingida, portanto não deve-se perder de vista as especificidades de cada território municipal e próprias do fator amazônico capaz de pressionar a oferta da rede e exigir maiores investimentos em sua infraestrutura e recursos humanos.

Nesse sentido, observa-se que o território apresenta elevada complexidade, marcada por uma combinação de vulnerabilidades sociais, grande extensão geográfica e diversidade socioterritorial específicas dos fatores amazônicos. A área

territorial total corresponde a extensão de 18.318,092 km² o que impõe desafios significativos à gestão e à oferta de políticas públicas.

Distribuídas nesta extensão territorial encontram-se complexidades inerentes ao contexto amazônico, como a presença de terra indígena (Ex. T.I. Mossaco, T.I. Rio Branco, T.I. Rio Mequens), Distritos, e diversas propriedades rurais e famílias de agricultores familiares, assentados e vivendo distribuídas por todo território regional.

No meio urbano, a vulnerabilidade manifesta-se por meio da concentração populacional em áreas periféricas, carência de infraestrutura básica e desigualdades de acesso aos serviços públicos, enquanto nas zonas rurais persistem o isolamento geográfico, a precariedade das vias de transporte e as limitações no acesso a políticas estruturantes para o desenvolvimento socioeconômico.

Essa combinação de vulnerabilidades urbanas e rurais, somada à vastidão territorial e à diversidade étnica e sociocultural, exige um olhar sensível e estratégias diferenciadas de atuação do Sistema Único de Assistência Social, pautadas na territorialização, na intersetorialidade e na valorização das especificidades locais.

Considerando esse contexto, a seguir são apresentados os dados do monitoramento da rede socioassistencial, com destaque para a oferta de serviços da Proteção Social Básica e Especial, bem como as condições estruturais e de recursos humanos das unidades. Essa análise busca oferecer uma visão integrada sobre a capacidade de resposta do município às demandas sociais do território, evidenciando avanços, desafios e oportunidades para o aprimoramento da gestão e da execução dos serviços.

2. Proteção Social Básica (PSB)

A proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontra no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) sua principal porta de entrada. O CRAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial de proteção básica em cada território, assumindo papel estratégico no fortalecimento do SUAS como um todo. Seu adequado funcionamento é condição essencial para que as ações da política alcancem efetividade, garantindo a prevenção de riscos sociais, a promoção do acesso a direitos e a preservação da convivência familiar e comunitária. O espaço configurado como “porta de entrada” para a Assistência Social precisa estar de acordo com os parâmetros estabelecidos no Caderno de Orientação do CRAS, para que desse modo os serviços da rede socioassistencial sejam ofertados da maneira mais adequada e dentro do estabelecido pela NOB-SUAS.

2.1 Estrutura Física

A análise do presente eixo tem como objetivo compreender a capacidade e a conformidade da estrutura física e material do equipamento com as orientações técnicas com vista à oferta qualificada dos CRAS e dos Centros de Convivências. Na Regional de Rolim de Moura, o monitoramento evidenciou que os CRAS monitorados foram classificados: 28,5% insuficientes, 14,3% suficientes e 57,1% regulares. Os dados indicam que a maior parte dos equipamentos da regional possuem condições para oferta dos serviços da proteção social básica, a maior parte classificados como “suficientes” e “suficientes” equivalente a 71,4% das unidades possuem infraestrutura compatível as orientações técnica, mas ainda 28,5% ainda necessitam investir em melhorias para que padrões mais adequados sejam alcançados, principalmente quanto à acessibilidade.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

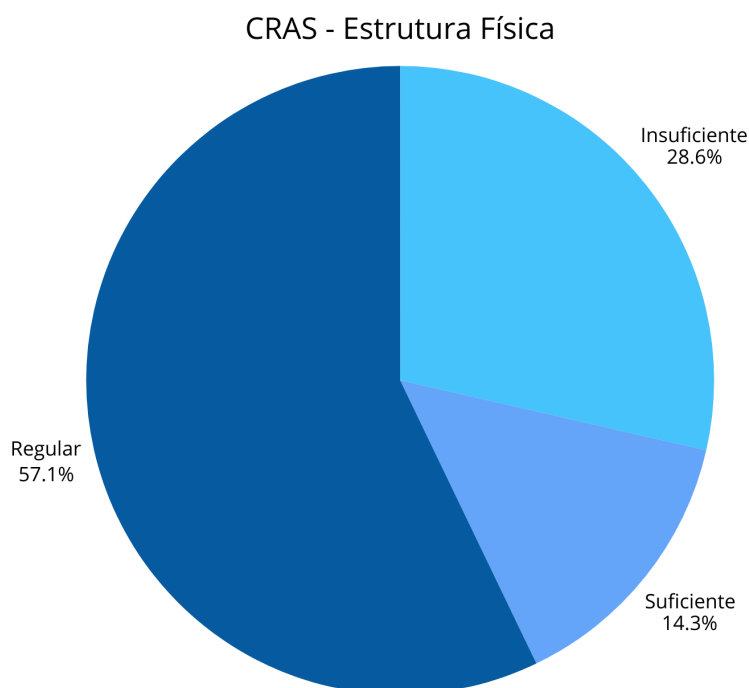


Gráfico 3

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Observa-se que parte dos equipamentos apresentam algum nível de organização mínima, aderindo parcialmente ao que é previsto nas orientações técnicas do CRAS. A indicação de que o espaço precisa ser ampliado aponta que já existe uma estrutura funcional, porém limitada, o que demonstra um ponto de partida positivo: há equipamentos em funcionamento, com ambientes básicos, ainda que insuficientes. Esse cenário revela que a

região possui condições iniciais para o desenvolvimento dos serviços, mesmo que careça de aprimoramentos significativos. Em síntese, há infraestrutura existente, porém com capacidade operacional restrita.

O fato de as análises mencionarem a busca pelo atendimento aos itens do Caderno de Orientações Técnicas demonstra que existe algum alinhamento conceitual entre a gestão e os parâmetros nacionais. Ainda que o cumprimento seja parcial, a referência explícita ao caderno técnico indica que o território reconhece esse balizador, o que constitui um elemento positivo para padronização futura da estrutura física. Assim, há indícios de uma base normativa internalizada, ainda que falte efetivação plena.

- **Pontos Fracos:** A principal fragilidade identificada está na ausência de espaços adequados para atendimentos individualizados e atividades coletivas, o que limita a execução qualificada dos serviços socioassistenciais. Essa falta de ambientes específicos compromete a privacidade, a regularidade das ações e a capacidade do equipamento de cumprir sua função de porta de entrada da proteção básica. Além disso, aponta para inadequações estruturais persistentes que impactam diretamente a eficiência do PAIF e do SCFV.

Outra debilidade relevante é a ausência de acessibilidade plena conforme as normas da ABNT. Tal lacuna compromete o atendimento inclusivo e dificulta o acesso de pessoas idosas, com deficiência ou mobilidade reduzida — públicos prioritários do SUAS. Essa inadequação demonstra um descompasso entre o que é exigido para um equipamento de proteção social e a realidade instalada, evidenciando vulnerabilidades estruturais que restringem os direitos dos usuários. Em síntese, a infraestrutura atual limita o alcance e a qualidade da oferta socioassistencial.

2.2. Recursos Humanos

O segundo eixo corresponde aos recursos humanos que foram monitorados tendo como base as normativas técnicas e as orientações técnicas setoriais. Neste eixo o monitoramento evidenciou a seguinte classificação em relação ao CRAS: 14,3% irregular, 14,3% insuficiente, 42,9% regular e 28,6% superior.

O monitoramento evidenciou que a maior parte dos equipamentos localizados na regional de Rolim de Moura estão compostos por recursos humanos em conformidade com os cadernos de orientações técnicas. Conforme ilustrado de maneira gráfica abaixo:

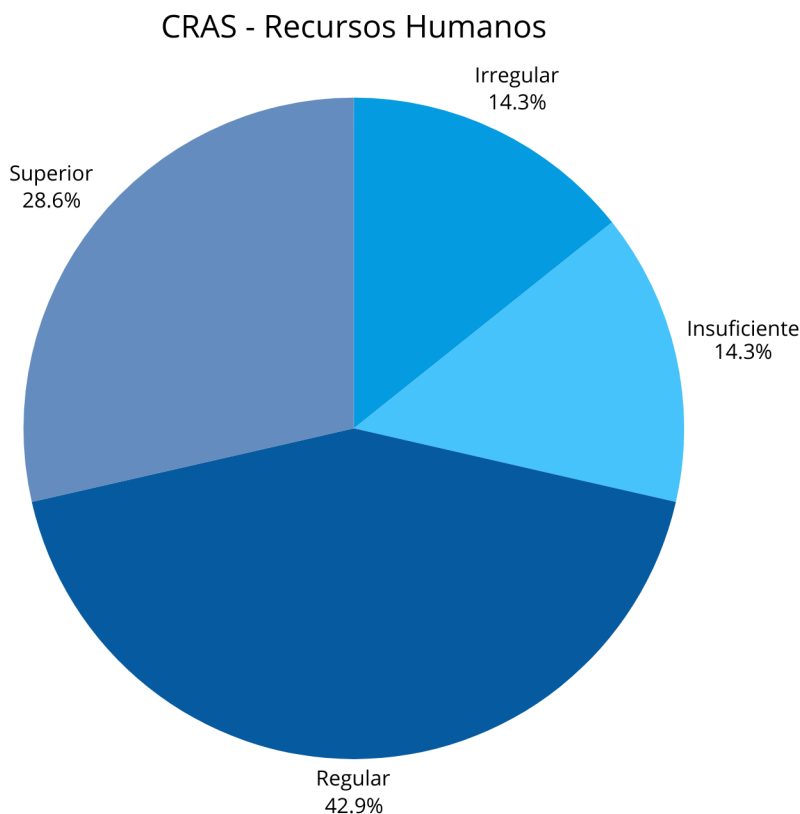


Gráfico 3

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Das potencialidade e fragilidades observadas *in loco* durante o processo de monitoramento destacam-se:

- **Pontos Fortes:** Há indícios de que parte das equipes técnicas possui formação superior adequada e conhecimento da Política Nacional de Assistência Social, conforme observado no relato sobre o domínio conceitual das normativas. Isso demonstra a existência de capacidades instaladas e potencial técnico, ainda que subdimensionado. A presença de profissionais qualificados permite sustentar minimamente a execução do PAIF e do SCFV, além de favorecer processos de planejamento e análise territorial. Esse cenário revela que, apesar das limitações, há bases técnicas sobre as quais é possível consolidar intervenções mais robustas.

Outro aspecto positivo é que a gestão demonstra preocupação em manter ou ajustar o quadro de pessoal às exigências da NOB-RH/SUAS, ainda que isso esteja apenas parcialmente implementado. O reconhecimento explícito da necessidade de profissionais de nível médio e superior, bem como a atenção à exigência de coordenadores com formação adequada, indica uma compreensão institucional sobre a composição ideal das equipes. Esses elementos configuram uma predisposição favorável à adequação futura dos recursos humanos.

- **Pontos Fracos:** O quadro de recursos humanos apresenta déficits significativos, especialmente no número de orientadores sociais, técnicos de nível médio e psicólogos. A insuficiência de equipe impacta diretamente a oferta dos serviços, reduz a capacidade de acompanhamento das famílias e sobrecarrega os profissionais existentes. Essa falta estrutural compromete a efetividade do PAIF, a articulação com o SCFV e a execução das ações no território, configurando um gargalo sistêmico que fragiliza o atendimento.

Outra fragilidade relevante é a ausência de atualização do quadro de RH no CADSUAS, o que prejudica a gestão da informação e impede diagnósticos precisos sobre a capacidade instalada. A inconsistência cadastral reflete dificuldades de gestão e limita o planejamento, monitoramento e fiscalização dos serviços. Somado a isso, a exigência não cumprida de coordenadores com formação superior evidencia fragilidades organizacionais que impactam a supervisão técnica e a condução da unidade. O conjunto dessas lacunas demonstra que o RH opera em condições aquém do mínimo recomendado.

Diante das análises realizadas nessa seção, é importante salientar que os recursos humanos representam um ponto central da rede socioassistencial para que os serviços sejam prestados de forma técnica atendendo ao princípio de proteção social integral toda equipe de referência deve dominar os aspectos fundamentais dos serviços, dos instrumentais, ações e estratégias para contribuir com a mitigação das vulnerabilidades no território, o fortalecimento dos recursos humanos da rede socioassistencial é condição para melhoria dos indicadores dos serviços.

2.3 Serviços

2.3.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) constitui a principal oferta da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo executado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Seu objetivo é fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos e promovendo o acesso a direitos socioassistenciais e às demais políticas públicas. O PAIF atua de forma territorializada, priorizando o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, articulando ações individuais e coletivas que visam à melhoria da qualidade de vida e à superação das desigualdades.

Na Regional de Rolim de Moura, os dados de monitoramento apontam que 28,5% dos equipamentos foram classificados como insuficientes, 43% como suficientes e 28,5% regulares, não havendo registros de unidades avaliadas como superiores.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

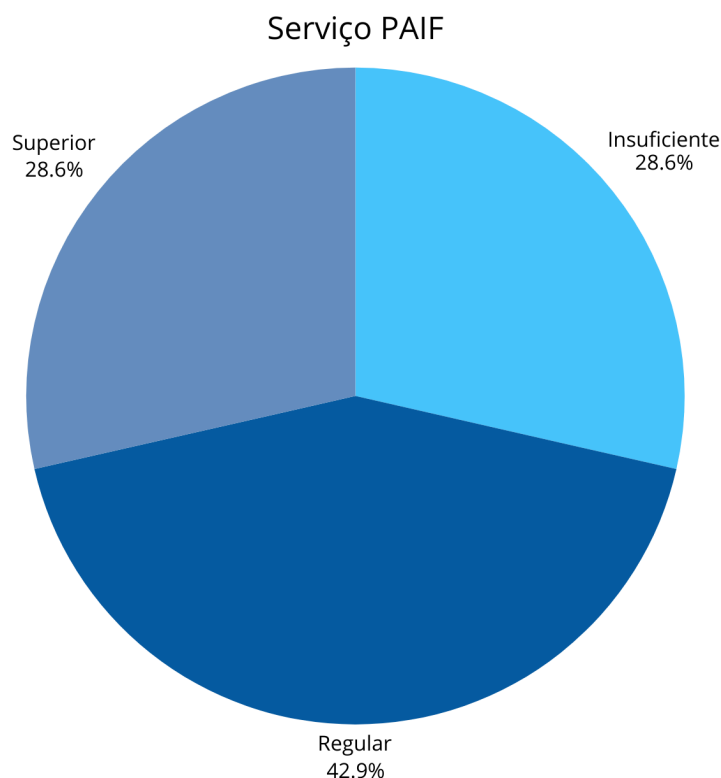


Gráfico 4

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Há evidências de que parte das equipes técnicas possuem domínio conceitual sobre a Política Nacional de Assistência Social e sobre as diretrizes do PAIF. Ainda que a execução esteja aquém do previsto, o conhecimento técnico constitui uma capacidade instalada que pode sustentar reorganizações futuras, permitindo que a equipe avance na execução metodológica quando existirem condições institucionais favoráveis. Esse domínio das diretrizes indica que o território dispõe de uma base profissional apta a desenvolver ações de acolhida, acompanhamento e prevenção, mesmo que ainda não estejam plenamente implementadas.

O reconhecimento da importância de organizar dados territoriais e sistematizar demandas também demonstra uma compreensão de que o PAIF exige planejamento continuado e leitura social do território. Embora ainda não executado, o fato de essa necessidade aparecer nos registros mostra que há consciência técnica sobre o papel estruturante do diagnóstico territorial no trabalho social com famílias. Isso revela uma visão alinhada às normativas, ainda que operacionalmente limitada.

O PAIF apresenta potencial técnico devido ao conhecimento da equipe e ao entendimento das diretrizes que estruturam o serviço. Contudo, esse potencial permanece subutilizado em razão da baixa adesão das famílias, da ausência de registros formais e da falta de sistematização. Assim, observa-se um serviço com bases conceituais estabelecidas, porém com execução fragilizada e distante do padrão metodológico esperado.

- **Pontos Fracos:** A principal fragilidade identificada na regional é a ausência de execução das atividades essenciais previstas na Tipificação Nacional, como acolhidas coletivas, grupos, oficinas, palestras e acompanhamento sistemático de famílias em descumprimento de condicionalidades. O não uso do Prontuário Físico compromete a documentação dos atendimentos e impede a continuidade qualificada do acompanhamento familiar. Além disso, a falta de registros no SICON demonstra fragilidade no cumprimento das atribuições relacionadas ao Programa Bolsa Família, limitando a articulação entre CadÚnico e PAIF.

Outro ponto crítico é a baixa adesão das famílias às atividades ofertadas. A dificuldade de participação compromete a dimensão comunitária do PAIF e reduz o alcance do trabalho social preventivo. A ausência de metodologias ativas ou estratégias para mobilização territorial pode estar relacionada tanto às limitações estruturais quanto às fragilidades de planejamento do serviço, que não tem conseguido transformar o conhecimento técnico da equipe em processos contínuos e atrativos para o público. Os registros indicam que o PAIF enfrenta fragilidades estruturais, metodológicas e operacionais. A ausência de sistematização, de atividades coletivas e de registros formais inviabiliza a execução plena do serviço como eixo central da proteção social básica. Assim, o PAIF funciona em nível mínimo e desconectado de sua lógica preventiva e protetiva.

Em síntese, a análise do PAIF na Regional de Rolim de Moura evidencia avanços pontuais na manutenção da oferta, porém ainda marcada por desafios significativos relacionados à qualidade do serviço. A predominância de classificações consideradas regulares indica um patamar mínimo de funcionamento, mas com sinais de fragilidade que podem comprometer a efetividade do trabalho social com famílias. A limitação no uso dos instrumentais técnicos, a baixa articulação intersetorial e a ausência de ações coletivas planejadas a partir das vulnerabilidades territoriais revelam a necessidade de um esforço conjunto de gestão e equipe para o fortalecimento da metodologia do PAIF. Investir na qualificação continuada dos profissionais, na integração com outras políticas públicas e na retomada das atividades coletivas vinculadas às demandas reais do território é essencial para consolidar uma oferta mais proativa, integrada e capaz de promover proteção e desenvolvimento social às famílias atendidas.

2.3.2 Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (PSB/DPcDI) tem como objetivo principal prevenir situações de risco e isolamento social, promovendo a autonomia, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e o acesso a direitos. O serviço visa assegurar que pessoas com deficiência e idosas em situação de vulnerabilidade social recebam acompanhamento continuado, voltado à melhoria da qualidade de vida e à inclusão social, por meio de visitas domiciliares, articulação com a rede socioassistencial e intersetorial e desenvolvimento de ações de convivência e cuidado no território.

Na Regional de Rolim de Moura, o serviço encontra-se fragilizado, com o monitoramento evidenciando que todos os equipamentos estão classificados como irregulares, o que demonstra a ausência de condições mínimas para o pleno funcionamento e a execução adequada das ações previstas no escopo do PSB/DPcDI.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Ainda que o serviço não esteja em funcionamento em grande parte dos municípios, há indícios de que a gestão reconhece a necessidade de sensibilizar e fortalecer a equipe para estruturar a oferta. Essa percepção demonstra uma compreensão inicial sobre a importância do serviço e da necessidade de alinhamento aos parâmetros nacionais para atendimento de pessoas com deficiência e idosas. A menção à sensibilização da equipe sugere que existe abertura institucional para futuras adequações. O território apresenta uma predisposição para reconhecer o papel estratégico do serviço domiciliar e a necessidade de preparo técnico da equipe, indicando uma base mínima de compreensão institucional que pode contribuir para sua futura implementação.
- **Pontos Fracos:** A maior fragilidade é a não oferta do serviço, contrariando a Tipificação Nacional. A ausência dessa proteção no território compromete o atendimento de usuários com alto grau de dependência, reduz a capacidade preventiva da rede e impede a atuação proativa junto a famílias que não conseguem acessar o CRAS. Além disso, a falta de estruturação revela limitações da gestão e desconexão com necessidades específicas da população idosa e com deficiência, afetando a proteção integral desse público.

A inexistência da oferta representa uma lacuna significativa na proteção social básica, gerando vazio assistencial e deixando descoberto um público prioritário. Esse cenário evidencia um distanciamento entre o que é normatizado e o que está efetivamente disponível no território.

Em conclusão, a análise revela que o PSB/DPcDI na Regional de Rolim de Moura ainda não está consolidado enquanto oferta efetiva da rede socioassistencial. A inexistência de equipe e planejamento específicos, somada ao desconhecimento técnico sobre suas finalidades, impede que o serviço cumpra sua função estratégica de promoção da inclusão e da proteção social de pessoas idosas e com deficiência. O fortalecimento do serviço requer sua institucionalização no planejamento municipal, investimento em formação continuada e integração com as demais políticas públicas, de modo a garantir que esse público tenha acesso regular, qualificado e humanizado à proteção social básica.

2.3.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) integra a Proteção Social Básica do SUAS e tem como objetivo complementar o trabalho social com famílias, prevenindo situações de risco social e fortalecendo vínculos familiares e comunitários. O serviço é ofertado de forma grupal, organizada por faixas etárias, e busca promover o desenvolvimento de potencialidades, a convivência intergeracional e o acesso a experiências culturais, esportivas e artísticas, contribuindo para o protagonismo e a autonomia dos usuários.

Na Regional de Rolim de Moura, o monitoramento apontou que o serviço ofertado na regional: 14,3% irregular, 57,1% regular e 28,6% superior. Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

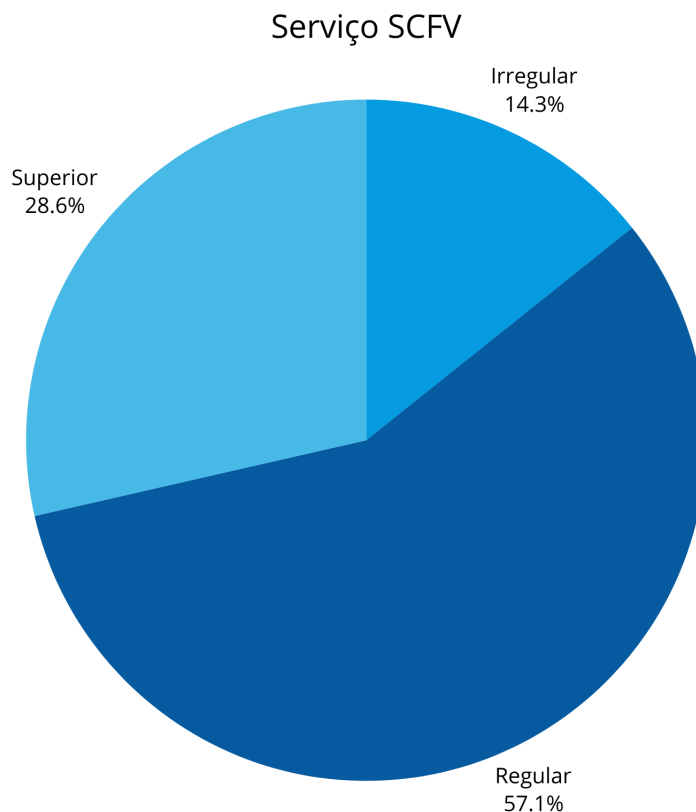


Gráfico 4

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** O SCFV demonstra algum nível de organização na maior parte dos municípios, evidenciado pela existência de grupos e pela compreensão, por parte da equipe, da importância dos eixos norteadores do serviço — Convivência Social, Direito de Ser e Participação. A referência frequente a esses eixos aponta que há internalização das diretrizes técnicas, mesmo que a execução seja parcial. Esse alinhamento conceitual constitui um ponto positivo, pois possibilita reorganizar o serviço com maior coerência metodológica. Também é possível notar uma preocupação em compreender o perfil do público atendido e as vulnerabilidades existentes no território. A identificação da necessidade de organizar dados evidencia uma visão técnica adequada para o planejamento do SCFV e mostra que o equipamento possui condições iniciais para evoluir no fortalecimento dos vínculos comunitários. O SCFV conta com uma base conceitual estabelecida e demonstra preocupação com a leitura territorial. Ainda que a execução seja limitada, há elementos que indicam capacidade de qualificação futura, desde que se avance em planejamento, supervisão e organização dos processos de trabalho.

- **Pontos Fracos:** O SCFV apresenta fragilidades estruturais importantes, com ausência de supervisão sistemática dos orientadores sociais, falta de planejamento antecipado das atividades e precariedade de registros e dados sobre o público atendido. A irregularidade na realização de visitas domiciliares e no diálogo com famílias compromete a articulação com o PAIF e enfraquece a função de prevenção de riscos sociais. Além disso, a dificuldade em manter paridade entre vagas prioritárias e gerais evidencia fragilidade na organização dos grupos e no cumprimento dos parâmetros de atendimento.

Outro ponto crítico é a baixa realização de encontros em determinados locais, palestras e ações contínuas, bem como a dificuldade em lidar com a evasão dos participantes. A ausência de estratégias de busca ativa demonstra um serviço com baixa capacidade de permanência dos usuários e pouca integração entre orientadores, técnico de referência e rede socioassistencial. A não realização de discussões de caso com outros profissionais reforça o isolamento do SCFV dentro da rede. O SCFV encontra-se operacionalmente fragilizado, com falhas na supervisão, planejamento, articulação e acompanhamento dos usuários. As atividades existem de forma parcial e desconectada de uma lógica de continuidade, o que limita o impacto social do serviço e compromete sua função de fortalecimento de vínculos.

Em síntese, o SCFV na Regional de Rolim de Moura apresenta potencial de fortalecimento, especialmente diante das boas práticas observadas, mas ainda enfrenta desafios para consolidar uma oferta contínua, articulada e planejada na rede pública.

3. Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade.

A proteção social especial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontra no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) sua principal porta de entrada. O CREAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial de proteção especial em cada território, assumindo papel estratégico no fortalecimento do SUAS. Seu adequado funcionamento é condição essencial para que as ações da política alcancem efetividade, garantindo a prevenção de riscos sociais, a promoção do acesso a direitos e a preservação da convivência familiar e comunitária.

3.1 Estrutura Física

Na Proteção Social Especial, a análise das condições estruturais dos CREAS da Regional de Rolim de Moura evidenciou um cenário de regularidade (50% regular e

50% suficiente), o que indica que os equipamentos apresentam estrutura minimamente adequada ao atendimento aos usuários.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

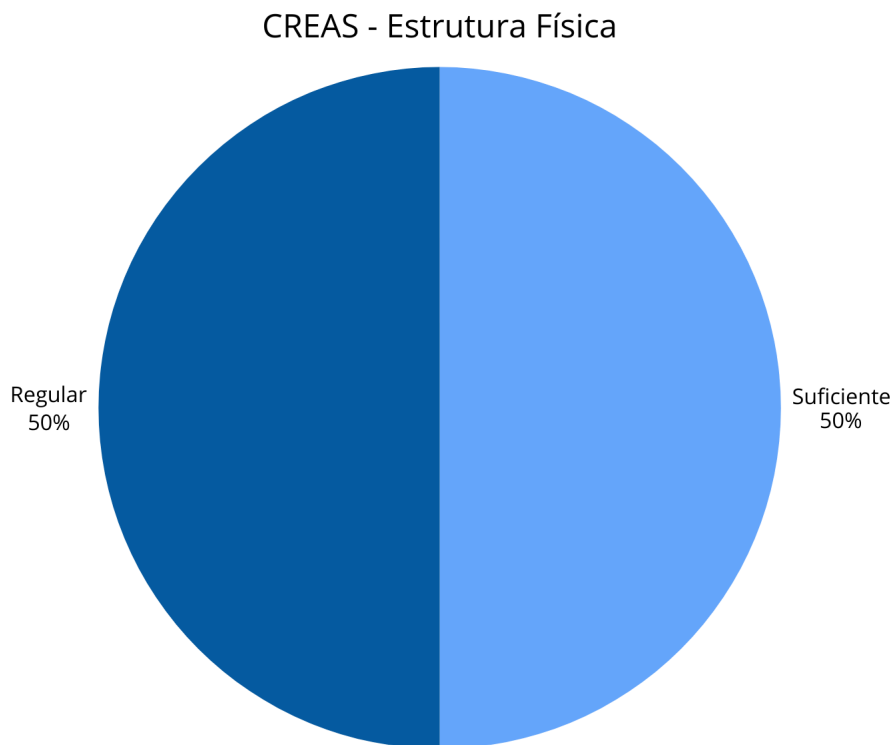


Gráfico 5

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Há indícios de que a maior parte dos equipamentos de média complexidade da regional possuem espaços básicos de funcionamento já estruturados, permitindo que os serviços sejam ofertados, ainda que com limitações. A existência de recepção, sanitários e ambientes com alguma funcionalidade demonstra que o serviço opera com um nível mínimo de condições, garantindo pelo menos a realização das atividades essenciais de atendimento individual e familiar. Embora não completamente adequado, o fato de haver estrutura física minimamente instalada mostra que os municípios dispõem de uma base inicial para aperfeiçoar a acessibilidade e ampliar a conformidade com as normas técnicas. A estrutura existente, mesmo que incompleta, fornece um ponto de partida viável para aperfeiçoamento, evidenciando que a rede possui instalações que suportam

o funcionamento básico dos serviços de média complexidade.

- **Pontos Fracos:** A principal fragilidade identificada é a ausência de acessibilidade adequada em parte dos equipamentos, especialmente em entradas, recepções e banheiros, descumprindo as normas da ABNT. Essa limitação compromete o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o que é especialmente grave considerando que a média complexidade atende públicos que frequentemente apresentam vulnerabilidades associadas à dependência e limitações motoras. A inadequação estrutural compromete a qualidade do atendimento e diminui a capacidade de proteção integral. A falta de acessibilidade plena evidencia que a estrutura física ainda está aquém das exigências legais e das necessidades do público atendido, gerando barreiras importantes ao exercício do direito ao atendimento socioassistencial.

Em síntese, os CREAS da Regional de Rolim de Moura apresentam condições adequadas para prestação do serviço, devendo investir na melhoria da acessibilidade e organização das informações, a exemplo do mapa territorializado, para elevar os indicadores regionais quanto à estrutura física e material.

3.2 Recursos Humanos

No tocante aos recursos humanos, verificou-se que dos CREAS monitorados apresentavam em sua totalidade quadro de pessoal insuficiente, refletindo diretamente na qualidade da oferta dos serviços. Essa constatação decorre, principalmente, do déficit de orientadores sociais e profissional jurídico (advogado) e técnicos de nível médio, o que tem gerado sobrecarga das equipes técnicas, obrigadas a acumular atribuições e fragilidades na prestação do serviço.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Os registros indicam que, embora insuficiente, há equipes constituídas e atuantes nos serviços de média complexidade, permitindo que desenvolvam atendimentos e articulações intersetoriais. Esse quadro, ainda que restrito, demonstra que existe uma base profissional instalada, o que possibilita a execução mínima dos serviços tipificados. A presença de profissionais já atuando também sugere que o território dispõe de alguma estrutura organizacional para manter a PSE em funcionamento. Apesar das lacunas, a existência de equipes em atividade indica que o território possui uma capacidade inicial de atendimento, o que permite construir avanços a partir de recursos humanos já integrados à rede.
- **Pontos Fracos:** O déficit de profissionais é uma fragilidade central, com ausência de funções fundamentais como advogado, auxiliar administrativo e

técnicos de nível médio ou superior. A insuficiência de RH compromete a execução qualificada dos serviços, que depende de equipes multidisciplinares. A sobrecarga de poucos profissionais e a prestação de serviços de média complexidade pela mesma equipe do CRAS em alguns municípios geram distorções na lógica de atendimento, diminuindo a especialização e fragmentando a oferta. A carência de profissionais inviabiliza a conformidade com a NOB-RH/SUAS e compromete a efetividade da proteção social especial, evidenciando que os serviços operam com recursos humanos muito abaixo do recomendado.

Em conclusão, a análise dos recursos humanos dos CREAS da Regional de Rolim de Moura revela que o principal desafio está na manutenção de equipes completas, capacitadas e estáveis. A insuficiência de profissionais, somada à ausência de formação continuada, compromete tanto a efetividade do trabalho social quanto a continuidade dos acompanhamentos. A sobrecarga identificada não apenas reduz a qualidade dos atendimentos, mas também ameaça a sustentabilidade das ações no médio e longo prazo. Assim, torna-se imprescindível o fortalecimento da política de gestão do trabalho no SUAS, com foco em planejamento de pessoal, valorização profissional e educação permanente, assegurando condições dignas de trabalho e uma oferta qualificada dos serviços socioassistenciais.

3.3 Serviços

3.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEFI)

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é uma oferta tipificada no âmbito do SUAS que integra o trabalho desenvolvido nos CREAS. Seu objetivo é prestar apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados. O serviço atua de forma articulada com a rede socioassistencial e demais políticas públicas, buscando restaurar vínculos familiares e comunitários e promover o fortalecimento da autonomia e proteção social dos usuários.

No monitoramento realizado na regional de Rolim de Moura, identificou-se que dos serviços ofertados: 50% insuficientes e 50% regulares. Demonstrando necessidade de fortalecer os indicadores da regional para oferta de serviço dentro dos padrões técnicos para usuários em situação de violação de direitos.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

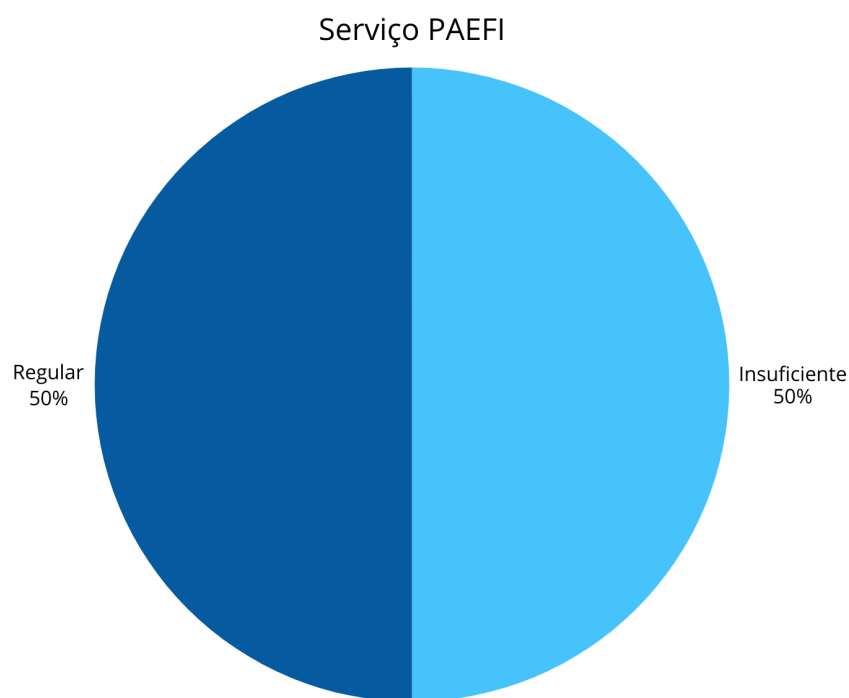


Gráfico 6

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** O PAEFI demonstra preocupação técnica com o estudo social e com a sistematização das informações sobre violações de direitos, o que indica alinhamento conceitual com as diretrizes da PSE em parte dos equipamentos. A referência explícita à análise de dados sugere que a equipe compreende a importância de diagnósticos que subsidiem decisões e estratégias de atendimento. Esse entendimento técnico representa um ponto forte, pois reforça a capacidade da equipe de reconhecer demandas estruturantes do serviço. O serviço demonstra consciência técnica sobre o papel do estudo social, indicando potencial de aprimoramento da análise de casos e fortalecimento da dimensão investigativa característica do PAEFI.
- **Pontos Fracos:** A fragilidade mais evidente é a necessidade de fortalecer o estudo social, o que revela que a sistematização de dados ainda é incipiente ou insuficiente em algumas localidades. Essa limitação compromete a compreensão das situações de violência, negligência ou violações complexas, prejudicando o planejamento das intervenções. A ausência de processos consolidados de sistematização impede que o serviço atue de maneira estratégica e integrada. A baixa sistematização de dados indica dificuldades no aprofundamento dos casos atendidos, o que limita a capacidade do PAEFI de oferecer respostas qualificadas às situações de violação de direitos.

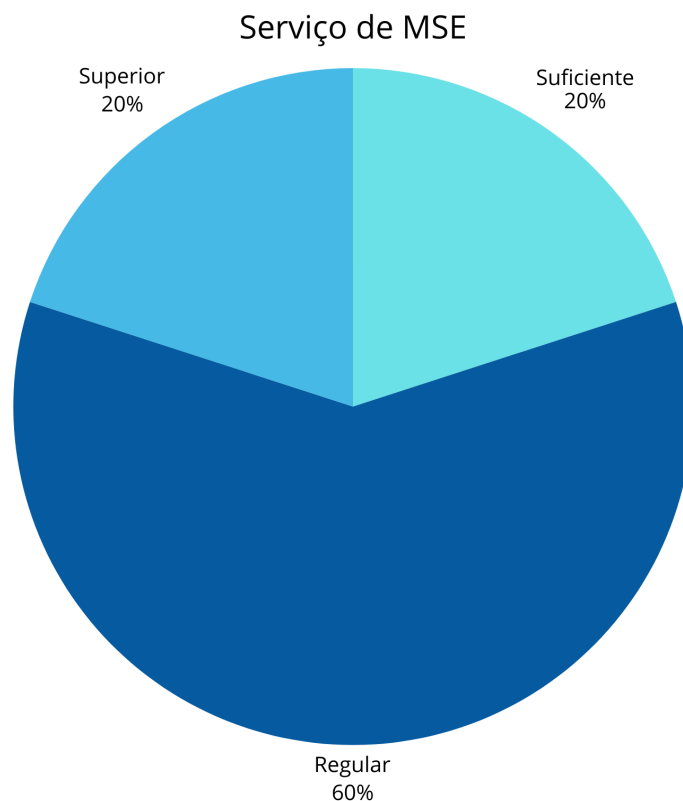
De modo geral, o PAEFI na regional de Rolim de Moura demonstra avanços na consolidação da oferta e na manutenção de equipes técnicas capacitadas, contudo, ainda requer investimentos contínuos na contratação e qualificação profissional, na utilização plena dos instrumentos técnicos e na articulação intersetorial. O fortalecimento desses aspectos é essencial para garantir que o serviço cumpra integralmente sua função protetiva e promova respostas mais efetivas às situações de violação de direitos acompanhadas nos CREAS.

3.3.2. Serviço de Proteção social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) é uma oferta da Proteção Social Especial de Média Complexidade executada no âmbito dos CREAS. Seu objetivo é acompanhar e apoiar adolescentes em cumprimento de medidas determinadas pelo Judiciário, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a corresponsabilização pelos atos cometidos e a construção de novos projetos de vida. O serviço busca assegurar o acompanhamento técnico sistemático, o acesso a políticas públicas e oportunidades de inserção social, educativa e profissional.

Na regional de Rolim de Moura, os dados do monitoramento indicaram que os serviços encontravam-se: 20% suficientes, 60% regulares e 20% superiores. O que reflete um cenário de boa execução do serviço na regional.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

**Gráfico 7**

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Há indícios de que na maior parte dos equipamentos existe articulação com a rede socioassistencial e de que a equipe reconhece a importância de estudos multidisciplinares e discussões de caso. A referência ao monitoramento e avaliação demonstra compreensão da necessidade de acompanhamento contínuo dos adolescentes em cumprimento de medidas. Esses elementos revelam alinhamento conceitual com a lógica da socioeducação.
- **Pontos Fracos:** A principal fragilidade é que o serviço é executado pela mesma equipe do CRAS em alguns municípios, indicando ausência de especialização e falta de equipe própria de média complexidade. Essa condição desvirtua a lógica da política e compromete a qualidade da intervenção socioeducativa. Também há insuficiência de ações em grupo, pouca articulação efetiva e fragilidade no monitoramento, além da ausência de demanda formal em alguns municípios, o que pode indicar subnotificação ou falta de busca ativa.

O serviço apresenta sérias limitações estruturais e operacionais, com execução incompatível com a tipificação nacional, comprometendo a qualidade e a continuidade do acompanhamento socioeducativo.

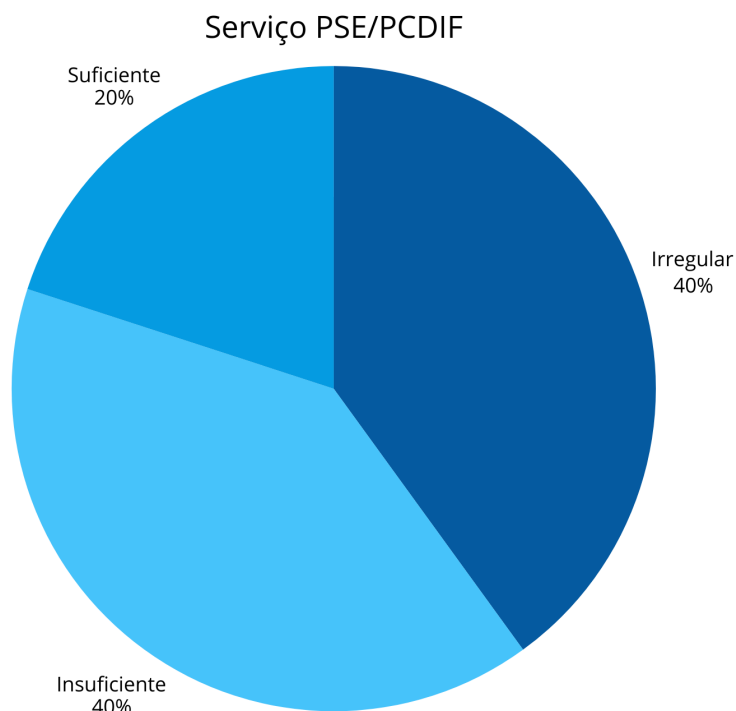
O serviço de MSE na regional de Rolim de Moura demonstra potencial de aprimoramento, especialmente por já apresentar experiências exitosas em parte dos municípios. O fortalecimento dessas ações contribuirá para a efetividade das medidas socioeducativas e para o cumprimento do papel protetivo e socioeducativo do serviço, ampliando as oportunidades de ressocialização e reinserção social dos adolescentes acompanhados.

3.3.3. Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência e Idosas (PSE/PCDIF).

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (PSE/PCDIF) tem como finalidade prevenir a violação de direitos, reduzir situações de isolamento e promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida desse público. Ele integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e é executado no âmbito dos CREAS ou em equipamentos específicos como o Centro-Dia. O serviço busca oferecer apoio e acompanhamento especializado às pessoas com deficiência e idosas em situação de vulnerabilidade, bem como a suas famílias, garantindo o acesso a direitos e o fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares.

Na regional de Rolim de Moura, o monitoramento identificou que os serviços ofertados encontravam-se: 40% irregular, 40% insuficiente e 20% suficiente. Demonstrando necessidade de fortalecimento do serviço para melhor cobertura e oferta de qualidade aos usuários.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

**Gráfico 8**

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Alguns equipamentos demonstram forte capacidade de articulação com secretarias municipais e com a sociedade civil, mobilizando parceiros e recursos quando necessário. Há oferta de atividades diversificadas, especialmente nos Centros-Dias — como AEE, desenvolvimento de habilidades, artesanato, dança e ações com autistas — o que indica que, apesar das limitações, existe dinamismo e compromisso com o cuidado diário. A variedade de ações demonstra uma equipe com iniciativa e vocação para promover convivência, autonomia e inclusão. O serviço apresenta vitalidade comunitária e capacidade de articulação, favorecendo ações diversificadas que enriquecem o processo de cuidado e convivência dos usuários.
- **Pontos Fracos:** Persistem fragilidades estruturais importantes, como necessidade de fortalecimento do referenciamento do CREAS e o Centro-Dia com o CRAS, ausência de elaboração sistemática do Plano de Acompanhamento Individual ou Familiar e baixa realização de atividades com famílias e oficinas comunitárias. Há também fragilidade no desenvolvimento de atividades coletivas e na oferta de palestras envolvendo a comunidade, o que compromete a articulação territorial e o fortalecimento de vínculos. Embora ativo e articulado, o serviço carece de estrutura metodológica mais sólida, especialmente na organização dos acompanhamentos e no

envolvimento das famílias, o que limita seu impacto enquanto serviço tipificado.

A análise evidencia que o PSE/PCDIF na regional de Rolim de Moura apresenta um funcionamento ainda incipiente em grande parte das unidades, carecendo de fortalecimento institucional e técnico. O avanço na efetividade do serviço depende da implementação de um planejamento estruturado, da definição clara de papéis na equipe e do aprimoramento da articulação intersetorial e intrarrede. A consolidação desses elementos é fundamental para que o serviço alcance seu propósito de garantir proteção integral, autonomia e dignidade às pessoas com deficiência e idosas acompanhadas pela rede socioassistencial.

3.3.4. Serviço Especializado em Abordagem Social.

O Serviço Especializado em Abordagem Social tem como objetivo identificar e acompanhar pessoas e famílias em situação de rua ou em contextos de violação de direitos nos espaços públicos, estabelecendo vínculos de confiança, escuta qualificada e encaminhamentos necessários para inclusão na rede socioassistencial e demais políticas públicas. Trata-se de um serviço essencial da Proteção Social Especial de Média Complexidade, responsável por garantir o acesso a direitos básicos, promover a proteção social proativa e contribuir para a superação de situações de risco e exclusão social.

Na regional de Rolim de Moura, o monitoramento indicou que 50% das unidades foram classificadas como insuficientes e 50% como regulares, o que indica necessidade de fortalecimento do serviço tipificado na regional.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

Serviço Especializado em Abordagem Social

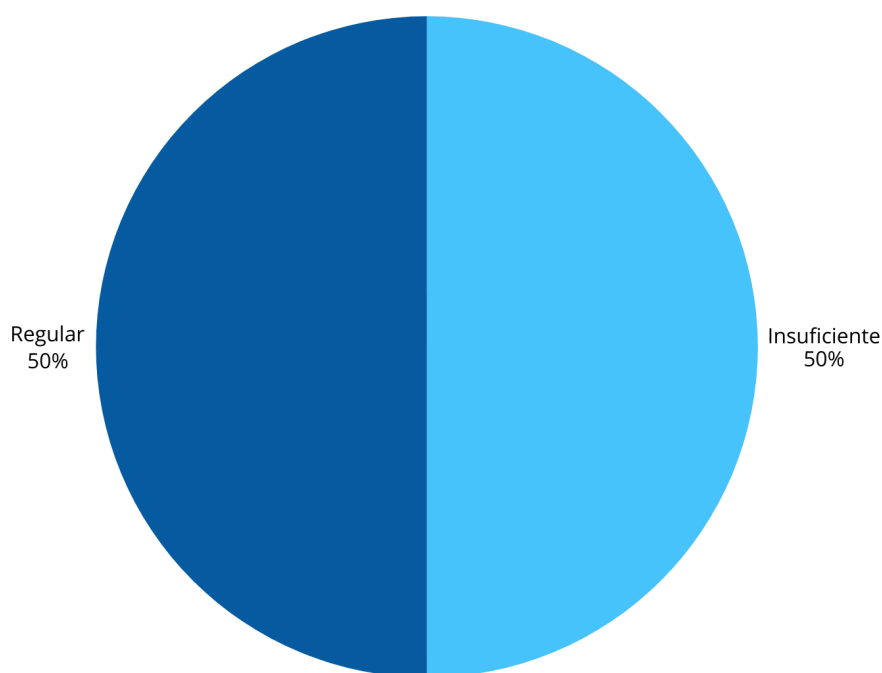


Gráfico 9

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Há evidência de que o serviço realiza abordagem em parte do território, ainda que de forma limitada, realiza ações semanais em pontos estratégicos de circulação de grupos vulneráveis. O reconhecimento da necessidade de geoprocessamento demonstra visão técnica adequada para qualificar a leitura territorial. O serviço demonstra capacidade mínima de presença territorial e percepção sobre a importância da análise espacial, ainda que precise ser ampliado para atingir padrões adequados de cobertura.
- **Pontos Fracos:** As abordagens ocorrem apenas uma vez por semana e no período diurno, o que reduz o alcance de outros grupos de alta vulnerabilidade, que costumam circular em diferentes horários. A execução pela equipe do CRAS evidencia falta de equipe própria da especial, comprometendo a especialização do atendimento. A ausência de georreferenciamento estruturado limita a construção de estratégias preventivas. O serviço opera em nível mínimo, com baixa frequência, ausência de equipe própria e pouca capacidade de mapeamento territorial, o que reduz fortemente sua efetividade no enfrentamento a situações de risco social nas ruas.

O monitoramento evidencia que o Serviço Especializado em Abordagem Social na

regional de Rolim de Moura ainda se encontra em processo de consolidação, necessitando de fortalecimento técnico e operacional para garantir sua efetividade. A baixa regularidade das ações, somada à ausência de equipes específicas, limita o alcance da proteção social e a capacidade de resposta às situações de vulnerabilidade presentes nos territórios. O fortalecimento da proteção social proativa, com equipes estruturadas, planejamento sistemático e articulação permanente com o CREAS e demais serviços da rede SUAS, é fundamental para que o serviço cumpra plenamente sua função de assegurar o acesso à cidadania e à dignidade às pessoas em situação de rua e em risco social.

3.3.5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e tem como finalidade garantir atenção e acompanhamento especializados a indivíduos e famílias em situação de rua, promovendo o acesso a direitos, fortalecimento de vínculos e reconstrução de trajetórias de vida com dignidade. Esse serviço deve oferecer acolhimento diurno, espaços para higiene pessoal, alimentação, guarda de pertences e encaminhamentos para as demais políticas públicas, atuando de forma articulada, para promover a inclusão social e reduzir as vulnerabilidades extremas vivenciadas por esse público.

Na regional de Rolim de Moura, o monitoramento apontou que todos os serviços foram classificados como insuficientes, indicando sérias limitações na capacidade de atendimento e na estrutura ofertada aos usuários. Esse cenário reflete a necessidade de ampliação da cobertura e da qualidade do serviço, especialmente diante da crescente demanda de pessoas em situação de rua na capital e em municípios adjacentes.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** O ponto positivo observável é a existência do atendimento especializado em algum nível, ainda que com infraestrutura insuficiente. O fato de o serviço constar na rede indica um reconhecimento institucional da necessidade de atender essa população. Há um início de estruturação, ainda embrionário, que demonstra reconhecimento da demanda, embora distante do padrão profissional esperado.
- **Pontos Fracos:** Alguns equipamentos não oferecem higiene pessoal, não disponibilizam alimentação diária e não possuem infraestrutura física adequada, o que compromete totalmente a lógica do atendimento especializado a pessoas em situação de rua. A ausência dessas condições

básicas fragiliza a proteção e impede a construção de vínculos e encaminhamentos efetivos.

A insuficiência estrutural inviabiliza a execução qualificada do serviço, gerando um vazio assistencial significativo para uma população que requer respostas complexas e continuadas.

O monitoramento evidencia que o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua na regional de Rolim de Moura enfrenta desafios estruturais e operacionais que limitam seu alcance e impacto. A ausência de espaços adequados e de recursos essenciais, como alimentação e higiene, inviabiliza o cumprimento pleno de seus objetivos. É urgente fortalecer a política de atenção à população em situação de rua, com investimentos em infraestrutura, ampliação de equipes especializadas e consolidação de unidades de Centro POP, garantindo condições para uma atuação humanizada, contínua e alinhada às diretrizes nacionais da assistência social.

4. Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem como finalidade garantir acolhimento e proteção integral a indivíduos e famílias que se encontram temporariamente afastados do convívio familiar e comunitário, em razão de situações de abandono, violência, negligência e violação de direitos. No âmbito da regional de Rolim de Moura, essa modalidade abrange apenas o serviço de acolhimento institucional voltados a crianças e adolescentes, não havendo cobertura ao público de idosos, mulheres em situação de violência, adultos e famílias em situação de vulnerabilidade social extrema. Esses serviços buscam assegurar abrigo seguro, atendimento humanizado e acompanhamento técnico que favoreça a reconstrução dos vínculos familiares e a reintegração social dos usuários.

A seguir, serão apresentados os dados do monitoramento da proteção social especial de alta complexidade na regional de Rolim de Moura, contemplando as condições de oferta, estrutura física, composição das equipes e qualidade dos serviços prestados nas unidades de acolhimento, de modo a evidenciar os avanços, desafios e pontos que requerem fortalecimento para assegurar a efetividade da política de assistência social nesse nível de proteção.

4.1 Estrutura Física.

A análise da estrutura física das unidades de acolhimento da regional de Rolim de Moura considerou, de forma agregada, todas as unidades. Essa agregação permitiu uma visão mais abrangente sobre as condições de funcionamento e adequação dos espaços às exigências da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que

pressupõe ambientes acolhedores, seguros e capazes de garantir privacidade, acessibilidade e condições dignas de permanência aos usuários. No âmbito da estrutura física, foi possível classificar 66,7% das unidades como suficiente, 16,7% como superiores e 16,7% como regulares, conforme demonstrado abaixo:

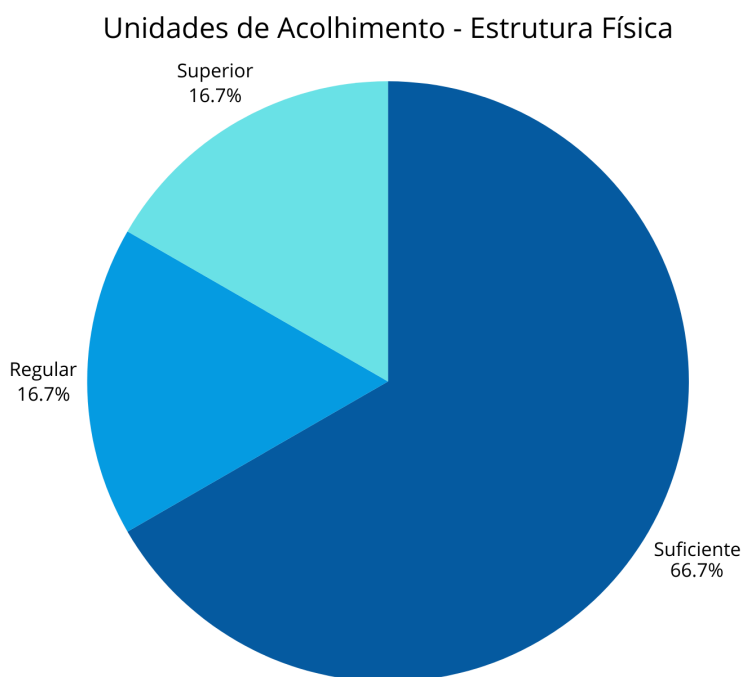


Gráfico 10

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Pontos Fortes

- Determinados equipamentos possuem recepção adequada, mesa com computador e espaço destinado à coordenação, o que demonstra algum nível de organização mínima para rotinas administrativas e de acolhimento inicial. Unidades de Acolhimento com aspecto de residência, quartos, banheiros, alimentação diária e ambientes limpos, salubres e ventilados. Esses elementos, embora básicos, indicam que existe uma estrutura que permite registrar, organizar e acompanhar procedimentos administrativos, garantindo algum suporte para o funcionamento do serviço, ainda que limitado.

Pontos Fracos

- Alguns prédios apresentam problemas de acessibilidade, especialmente na entrada e nos banheiros, não atendendo às normas da ABNT.

- A presença de grades em determinadas unidades reforça uma estética e sensação de institucionalização, contrária às diretrizes do acolhimento, que preconizam ambientes acolhedores e com características de moradia.
- Em algumas unidades não existem sala adequada para atendimento técnico individual, atividades em grupo, biblioteca, materiais pedagógicos, culturais, comprometendo vários aspectos da proteção integral. As fragilidades estruturais demonstram que o ambiente não assegura condições plenas para o atendimento digno, sigiloso e orientado à convivência comunitária e familiar, reduzindo a efetividade do acolhimento e dificultando o desenvolvimento das atividades previstas na Tipificação Nacional.

De modo geral, os resultados indicam condições básicas das unidades de acolhimento para oferta do serviço, entretanto reforça-se a necessidade de investimentos contínuos na acessibilidade e melhoria dos espaços físicos para assegurar condições adequadas de acolhimento e atendimento humanizado aos diferentes públicos atendidos pela rede.

4.2 Recursos Humanos

No que se refere aos recursos humanos das unidades de acolhimento da regional de Rolim de Moura, o monitoramento revelou um quadro de regularidade, com locais pontuais onde perpetua certa fragilidade, especialmente no que diz respeito à composição e ao dimensionamento das equipes. Mais especificamente, cerca de 66,7% dos equipamentos se encontravam com o quadro de recursos humanos insuficiente, 16,7% suficiente e 16,7% irregular. Para melhor visualização, ilustramos essas informações através do gráfico abaixo:

Unidades de Acolhimento - Recursos Humanos

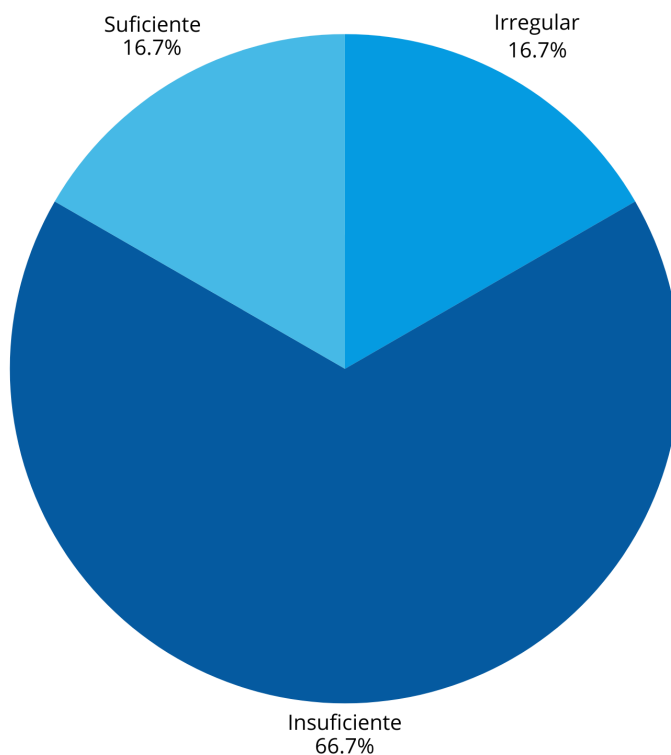


Gráfico 11

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

Pontos Fortes

- O serviço conta com coordenadores e cuidadores sociais em regime de plantão em algumas unidades, o que garante a presença de profissionais para o acompanhamento cotidiano dos acolhidos. Apesar de insuficiente em termos de composição técnica, a existência de cuidadores assegura supervisão contínua, evitando desassistência total e garantindo que necessidades básicas sejam parcialmente atendidas.

Pontos Fracos

- Alguns municípios não possuem profissionais de referência como assistente social e psicólogo, comprometendo o atendimento técnico especializado, a elaboração de diagnósticos e a condução dos planos individuais e familiares.
- Foi verificado em algumas unidades a falta de auxiliar de cuidador por turno, o que compromete a divisão de responsabilidades e pode gerar sobrecarga

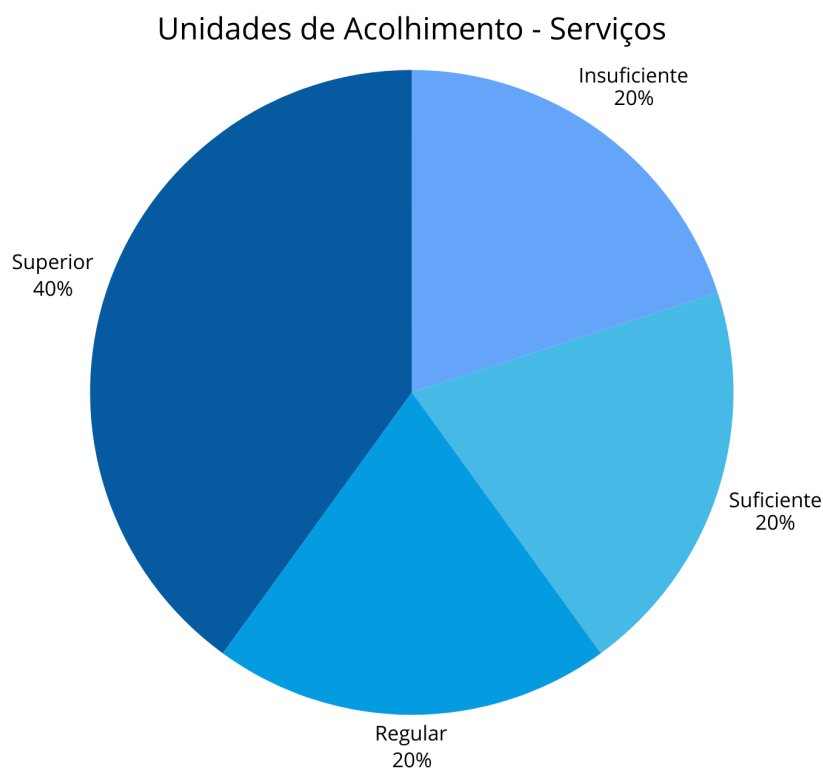
na equipe presente.

- O equipamento não mantém a aba de RH atualizada no CAD-SUAS, dificultando a transparência e o monitoramento técnico da gestão.
- O quadro de recursos humanos em diversas unidades é insuficiente, o que limita a efetividade do serviço, prejudica a atenção integral e inviabiliza diversas atividades obrigatórias no acolhimento institucional, desde estudos sociais até intervenções psicossociais.

De forma geral, o cenário aponta para a necessidade urgente de recomposição e fortalecimento de algumas equipes que atuam na alta complexidade, uma vez que a ausência ou insuficiência de profissionais impacta diretamente a qualidade do atendimento e o cumprimento dos objetivos de proteção integral. Além disso, destaca-se a importância de investir em formação continuada e educação permanente, garantindo que os trabalhadores estejam preparados para lidar com as demandas complexas dos usuários acolhidos e assegurar um serviço de caráter humanizado, ético e qualificado.

4.3 Serviços de Acolhimento Institucional

O Serviço de Acolhimento Institucional na regional de Rolim de Moura, apesar dos desafios estruturais relacionados à composição das equipes e às condições físicas das unidades, apresentou desempenho geral considerado satisfatório no monitoramento realizado. Do total das unidades avaliadas: 20% insuficiente, 20% suficiente, 20% regular e 40% superior, assim como na ilustração abaixo.

**Gráfico 12**

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Os resultados indicam o comprometimento das equipes na manutenção dos serviços, ainda que persistam pontos que requerem atenção e aprimoramento para assegurar o atendimento humanizado e o cumprimento integral dos objetivos da alta complexidade.

4.3.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.

Pontos Fortes

- Há ações direcionadas ao convívio comunitário e ao desenvolvimento de habilidades pessoais, ainda que de maneira incipiente, demonstrando sensibilidade quanto à necessidade de fortalecer vínculos e promover inclusão social.
- Existe mobilização para manter diálogo com os acolhidos sobre rotinas e inserção de novos membros, o que favorece um ambiente de convivência mais saudável.

Mesmo com estrutura limitada, as iniciativas evidenciam o esforço da equipe para manter princípios básicos de convivência, acolhimento e participação das crianças e

adolescentes no cotidiano da unidade.

Pontos Fracos

- Ausência de equipe técnica de referência impede acompanhamento psicossocial adequado das famílias e dos acolhidos.
- Fragilidades no monitoramento e avaliação do serviço comprometem a sistematização das informações e o acompanhamento longitudinal.
- Falta de articulação intersetorial consistente, especialmente para encaminhamentos relacionados à educação, saúde e trabalho.
- Atividades formativas, culturais, de convivência e oficinas com famílias não ocorrem de forma estruturada e regular, contrariando as diretrizes da Tipificação Nacional.
- Não há garantia de ações específicas para jovens egressos, como apoio à qualificação profissional ou à escolarização.

As lacunas evidenciam que o serviço opera de forma fragmentada, sem ofertar o conjunto de ações essenciais ao acolhimento institucional, o que compromete a proteção integral, o fortalecimento de vínculos e o desenvolvimento da autonomia dos acolhidos.

4.3.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;

- Não há cobertura deste serviço nos municípios da regional

4.3.3. Serviço de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência;

- Não há cobertura deste serviço nos municípios da regional

4.3.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;

- Não há cobertura deste serviço nos municípios da regional

De modo geral, o monitoramento aponta que, embora as condições estruturais e de pessoal ainda representem desafios significativos, o conjunto dos serviços de acolhimento da regional de Rolim de Moura tem demonstrado capacidade de resposta e compromisso com os princípios da proteção social especial, devendo agora concentrar esforços no fortalecimento das equipes, na integração intersetorial e na qualificação das práticas socioassistenciais.

5. Considerações finais.

O Monitoramento da Regional de Rolim de Moura evidencia que os municípios vêm mantendo esforços contínuos para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), abrangendo tanto a proteção social básica quanto a especial. Verifica-se, contudo, que persistem desafios estruturais e operacionais relevantes, especialmente no que se refere à adequação física das unidades, à composição das equipes técnicas e ao fortalecimento das ações intersetoriais e dos processos inerentes aos serviços socioassistenciais. Ainda assim, identificam-se avanços graduais na organização dos serviços e na incorporação de práticas de gestão voltadas ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais.

Torna-se essencial, nesse contexto, investir no fortalecimento da rede existente, assegurando condições estruturais, materiais e humanas adequadas para a execução dos serviços. O comprometimento da gestão, coordenação e equipes técnicas é fator decisivo para elevar os indicadores, qualificar o atendimento e consolidar práticas de trabalho alinhadas aos princípios e diretrizes da política de assistência social. De forma geral, o monitoramento evidencia uma rede em processo de consolidação, mas que ainda demanda investimentos estruturais, fortalecimento da força de trabalho e aprimoramento da capacidade de gestão. O enfrentamento desses desafios é condição essencial para garantir maior efetividade na execução dos serviços, ampliar o alcance das ações e assegurar o cumprimento dos princípios de universalidade, equidade e integralidade que orientam a política de assistência social.